

Artigo

Em busca da terra prometida

Um dos fenômenos que mais caracterizam este começo de século tem sido o aumento considerável da onda de migrantes que percorrem o mundo inteiro. São milhões de pessoas que fogem de guerras e conflitos sangrentos que assolam o Oriente Médio, a África e mesmo a América Latina. Muitos são vítimas de outro tipo de guerra: o flagelo da injustiça social e da pobreza, nos últimos anos, agravada no mundo inteiro. Além disso, tem crescido o número de "refugiados ambientais", pessoas que perdem casas e bens por causa de inundações, terremotos e outras tragédias ambientais.

Como a maioria é clandestina, não se consegue saber o número exato dos migrantes no mundo. A ONU calcula que sejam mais de 600 milhões. Só na América Latina, 26 milhões de pessoas vivem fora de seus países de origem. O Brasil abriga oficialmente 850 mil estrangeiros. Na realidade, o número é bem maior. No entanto, nosso país que se via como terra de chegada, viu multiplicar-se, nestes anos, o número de brasileiros que partem para tentar a vida em outros países. "Migrantes e refugiados não escolhem lugar de moradia. Vão para onde conseguem ficar", afirma Luiz Fernando Godinho, encarregado do organismo das Nações Unidas para os refugiados (Acnur).

Brasileiro tem fama de ser acolhedor e o País tem uma das legislações mais abertas com relação a migrantes e refugiados. Em 2009, o Ministério da Justiça decretou uma anistia aos migrantes clandestinos no País. A partir daí foram registrados legalmente 41.816 estrangeiros. Entretanto, para conseguir a permissão de permanência no Brasil, um estrangeiro tem de apresentar documentos que comprovem emprego legal com carteira assinada, ou propriedade de bens suficientes à manutenção pessoal e da família. Como vão conseguir isso os milhares de migrantes que vendem coisas nas ruas das grandes cidades ou os bolivianos que trabalham em indústrias de tecido nos barracões de São Paulo?

Infelizmente, as pesquisas não confirmam o bom acolhimento dos brasileiros. Africanos refugiados no Brasil afirmam sofrer discriminação racial. Latino-americanos de países vizinhos só conseguem trabalhos como estrangeiros clandestinos. Jovens declaram ser pressionados à prostituição, ou a serviços degradantes.

Desde 1979, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidiu celebrar o "Dia dos Migrantes" no dia 25 de junho ou no domingo mais próximo a este dia. A cada ano, o Serviço de Pastoral dos Migrantes propõe um tema de debate e aprofundamento. Neste ano, em ligação com a Campanha da Fraternidade, o tema proposto é "Migração e Meio-ambiente", o que, no Brasil, nos recorda as milhares de pessoas que perderam casas e bens com as recentes inundações no Sul, no Norte, no Nordeste e agora em Roraima. Além disso, recordamos as aldeias indígenas deslocadas e inúmeras pessoas transferidas de seu lugar de origem pela hidroelétrica de Belo Monte, no Pará.

Em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Nações Unidas já consideravam direito de qualquer pessoa migrar de um país a outro. É importante que superemos os nacionalismos estreitos e consideremos a terra inteira como pátria de toda a humanidade. Do outro lado, a imensa maioria dos migrantes se sente forçada a migrar. Isso significa que se organizarmos um mundo de paz e justiça para todos, ninguém precisará deixar sua terra natal para viver melhor em outro local.

Marcelo Barros – Monge beneditino e escritor

DIA DO VERMELHO

Sindicato exige do BNB atendimento de reivindicações

Foto: Drawlio Joca



Com muito forró e milho verde, o Sindicato fez um verdadeiro São João dos Bancários, dia 22/6, no Passaré (pág. 3)

Bancários repudiam prêmio do Itaú

Dirigente sindical denuncia que não houve critério para premiação, pois diante da realidade nas agências, esse prêmio soa como piada (pág 2)

Contraf-CUT defende universalização dos serviços bancários

A entidade repudia o processo de bancarização sem bancários e sem segurança que vem sendo implantado pelos bancos (pág. 3)

Brasil acumula 1,17 milhão de empregos em 2011

Só em maio, foi registrada a criação de 252.067 mil empregos, segundo dados do Caged, do MTE (pág. 4)

Caixa adia cobrança de dívidas do Saúde Caixa

Após pressão dos bancários, a CEF adiou para novembro a cobrança de resíduos de valores de coparticipação (pág. 5)

Arraiá dos Bancários foi só animação

Foto: Leonia Miranda



O Sindicato dos Bancários do Ceará promoveu, no último dia 22/6, um grande Arraiá dos Bancários, reunindo mais de mil pessoas animadas com os festejos juninos. Teve muita gente vestida a caráter. Embalados pelo som da zabumba, sanfona e o tradicional triângulo, os bancários e seus familiares viveram momentos inesquecíveis (pág. 6)

SEM CRITÉRIOS

Bancários questionam prêmio do Itaú de banco global mais sustentável

Os bancários receberam a notícia com surpresa e quase não acreditaram. O Itaú Unibanco foi eleito o banco mais sustentável do mundo no prêmio "2011 FT/IFC Sustainable Finance Awards", em Londres, concedido na quinta-feira, dia 16/6, pelo jornal britânico Financial Times e pelo IFC (International Finance Corporation), braço financeiro do Banco Mundial.

"Diante da realidade nas agências bancárias, esse prêmio soa como piada. O assédio moral, as metas abusivas e a onda de demissões que os funcionários são obrigados a conviver são provas de que isso é uma farsa. Quais critérios foram usados? Com certeza não foram consideradas as condições de trabalho dos bancários", denuncia Ribamar Pacheco, funcionário do Itaú, diretor do SEEB/CE e representante da Fetec/NE na Comissão de Organização dos Empregados (COE/Itaú).

SETÚBAL IGNORA FUNCIONÁRIOS – Em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, o presidente do Itaú, Roberto Setúbal, explicou sobre o que faz um banco ser sustentável. O detalhe é que descartou a importância dos funcionários. "A filosofia de sustentabilidade está no negócio. O banco procura ter uma relação sustentável com o cliente, o que significa ser transparente com o que é

oferecido", disse.

Setúbal foi indagado ainda sobre como na prática o banco é sustentável. Novamente o foco esteve sobre as vendas. "No ano passado, por exemplo, redesenhamos o produto seguro de vida. Com a mudança, passamos a vender menos seguros, porque a oferta agora é feita apenas para quem de fato está interessado no produto. Não há mais venda empurrada", afirmou.

Para Ribamar, o cenário traçado pelo presidente do banco não corresponde à verdade. "As vendas casadas continuam a todo vapor. É comum o cliente adquirir títulos de capitalização e seguros, por exemplo, quando pede um empréstimo. Muitas vezes nem sabe que isso está acontecendo", denunciou.

ONDA DE DEMISSÕES – Conforme reportagem da Exame Finanças, na edição do dia 15/6, o Itaú Unibanco iniciou um duro programa de corte de custos e reorganização interna para atingir o grau de eficiência que seus acionistas esperam. Durante os

meses de abril e maio, de acordo com a revista, cerca de 350 profissionais deixaram o banco, a maioria deles pertencente à área de crédito ao consumidor, que engloba a financeira e o segmento de cartões de crédito. O setor perdeu boa parte dos gerentes e superintendentes, além de três diretores. "Todo mundo se pergunta qual área será a próxima a demitir, o clima está péssimo, ninguém quer falar com o RH", desabafou um funcionário.

PROMESSA NÃO CUMPRIDA – Apesar de ter declarado publicamente na época da fusão entre Itaú e Unibanco, em 2008, que não haveria demissões, Setúbal não cumpriu a promessa. A Contraf-CUT vêm denunciando e fazendo manifestações contra as demissões. Os bancários propuseram, em 2009, ao banco a criação da Central de Realocação, "que só funcionou por pouco tempo e logo foi fechada. Desde o começo do ano, nova onda de demissões começou.



DICA CULTURAL

Madame Noar



Texto: Nicolas Almeida | Direção: Leuda Bandeira | Com: Mazé Figueiredo

Programa Cultura da Gente
CENTRO CULTURAL BANCO DO NORDESTE

Programa Cultura da Gente do CCBNB é atração de Julho

Para os amantes do teatro, uma excelente dica é conferir o espetáculo Madame Noar. O monólogo é de uma misteriosa e excêntrica personagem que percorre um delicioso trajeto de sua existência. Trata-se de uma consulente identificada com o universo da magia. Ela registra e analisa aspectos da alma humana em situações hilariantes e jocosas. Estrelado por Mazé Figueiredo, aposentado do BNB. O texto é de Nicolas Almeida também aposentado do BNB. A direção é de Leuda Bandeira.

Serão quatro apresentações:

6/7/2011	19h	– Teatro José de Alencar
10/7/2011	9h	– Teatro Dragão do Mar
12/7/2011	20h	– Teatro Sesc Iracema
19/7/2011	20h	– Teatro Emiliano Queiroz

A entrada é franca em todas as apresentações. Aproveite.

DICA CULTURAL 2

Salão da Gravura faz coletiva com trabalhos de ex-alunos

Para quem gosta dos trabalhos artísticos locais, uma boa opção é a visita à primeira edição do Salão da Gravura na Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho. A coletiva reúne 19 trabalhos de oito ex-alunos: Edianne dos Santos, Cássia Maria, Antônio Vieira, Diego Sann, Daniele Leite, Thiago Santana, Faso e Naiara Rocha. A (EAO) é um equipamento da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult), gerida pelo Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), tendo como proposta a interação com a comunidade através da arte,

articulando ensino e produção voltadas para a cultura e a educação. A visitação é gratuita.

Serviço:
1º SALÃO DA GRAVURA
Quando: até 27/8, de segunda a sexta-feira, das 9 às 12h e das 14 às 17h.
Onde: Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho – Salão dos Novos (avenida Francisco Sá, 1801 – Jacarecanga).
Outras informações: 3238 1244

FORMAÇÃO

CLINIC C/10 promove curso de Futsal para crianças

Educação Física, técnica, tática, estratégia, nutricionismo, regras do jogo e várias palestras. Esses são os assuntos que serão abordados no Curso de Futsal promovido pelo Clinic C/10, no período de 5 a 9 de julho, no Colégio Farias Brito.

Duas turmas serão formadas. O curso é para garotos de 8 a 15 anos. Uma pela manhã na sede Centro de 8h30 da manhã às 12h30 e outra na Sede Aldeota de 14h30 às 18h30. No dia da abertura, todos os inscritos receberão um colete e um calção.

No intervalo das aulas será servido um lanche à base de frutas e no final do curso serão entregues certificados de participação para todos os alunos. Haverá sorteio de diversos brindes trazidos por nossos atletas que jogam no exterior e um DVD opcional para os pais que solicitarem de forma antecipada.

SOBRE O CLINIC C/10 – A instituição é dirigida pelo atleta Carlinhos Lima Bezerra, que atua no Andorra da Espanha e tem a Coordenação de Sérgio Rodrigues,

chega ao Ceará. O grupo é constituído de 8 atletas cearenses que atuam na Europa e um jogador de destaque de nosso campeonato e estarão aqui no mês de julho para um ministrar o curso.

Rude, que foi apontado como o melhor do Estado no ano passado e que atua na Rússia; Erick, que joga em Portugal; Igor, atleta do Barcelona e Diece, que é jogador do Benfica de Portugal e também da Seleção Brasileira são alguns dos que estarão aqui no período de 5 a 9 de julho.



TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194
Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020-001 - Fortaleza - Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra - Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino
Jornalista Resp.: Lucia Estrela CE00580JP - Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP
Estagiários: Anderson Lima e Cinara Sá - Diagramação: Normando Ribeiro CE0043DG
Impressão: Expressão Gráfica - Tiragem: 11.500 exemplares

Sindicato realiza protesto em clima de São João no Passaré

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou na última quarta-feira, dia 22/6, o Dia do Vermelho no Passaré. Com muito forró pé-de-serra e milho verde, o Sindicato fez um verdadeiro São João dos Bancários em protesto contra a morosidade do Banco em negociar.

O Dia do Vermelho no BNB é uma iniciativa da Contraf-CUT/CNFBNB com o objetivo de protestar contra a falta de respeito com que a Direção do BNB vem tratando as reivindicações do funcionalismo. O protesto fez paralisações parciais das atividades do Banco por duas horas e antes do protesto no Passaré já tinha acontecido nas agências Bezerra de Menezes, Centro, Montese e Aldeota, bem como em unidades operadoras do BNB em outros estados.

Reivindicações como isonomia, revisão do PCR, Plano de Funções, revisão do Plano BD da Capef, custeio da Camed com maior participação do Banco, pagamento de passivos trabalhistas, dentre outras demandas vem sendo proteladas pela direção do BNB.

“Esse protesto é uma onda de manifestações que vêm sendo feitas há mais de dois meses no Ceará e em outros estados e vamos continuar protestando até que o Banco se disponha a atender nossas reivindicações”, esclareceu o coordenador da Comissão Nacional, Tomaz de Aquino.

Tomaz aproveitou para convocar os funcionários a se engajarem desde já na Campanha Salarial que se aproxima. “Esse ano, com esse discurso de corte de gastos por parte do Governo, vai ser um ano muito difícil para a nossa Campanha. Precisamos estar fortes e mobilizados para conseguirmos nossas conquistas. E mais: não podemos aceitar que o BNB seja submisso e não tenha cacife para se impor a um órgão do 3º escalão do Governo, como é o DEST”, afirmou.

O dirigente denunciou ainda o quadro absurdo de terceirização dentro do Banco, numa proporção de um terceirizado para um funcionário. “Enquanto isso, seis mil concursados aguardam convocação”. Além disso, Tomaz chamou a atenção para o processo nada transparente de indicação de cargos que existe hoje dentro do BNB.

O presidente do Sindicato dos Bancários, Carlos Eduardo Bezerra, cobrou uma atitude de respeito do Banco. “É preciso

avancar. Quantas negociações frustradas já foram realizadas? Não é nada razoável que um banco como o BNB não tenha uma pessoa para pegar as reivindicações dos bancários e analisar para dar uma resposta ao funcionalismo. Queremos que o Banco respeite os trabalhado-

res e se proponha ao menos a negociar”, disse. Ao final, ele cobrou também a participação dos bancários: “a nossa força é do tamanho do nosso envolvimento e da nossa mobilização e todos precisam estar engajados para alcançarmos nossa vitória”, concluiu.

Fotos: Drawlio Joca



MODELO

Contraf-CUT rejeita elitização e defende universalização dos serviços bancários

A Contraf-CUT rejeita o modelo de elitização do atendimento bancário, que tem empurrado clientes de baixa renda para os correspondentes, e defende a universalização dos serviços bancários para todos os cidadãos brasileiros. Desta forma, a entidade que representa cerca de 90% dos bancários de todo País repudia o processo de bancarização sem bancários e sem segurança que vem sendo implantado pelos bancos.

O potencial de inclusão financeira é enorme. Dados do Banco Central revelam que, dos 5.587 municípios brasileiros, 1.973 (35,3%) não possuem sequer uma agência ou posto de atendimento bancário, e que 49% da população brasileira não possui nenhum tipo de atendimento em instituições financeiras.

As condições econômicas e sociais no Brasil nunca estiveram tão favoráveis para a expansão dos serviços. Os números comprovam a potencialidade de tal cenário. De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2009, 103 milhões de pessoas estavam dentro do perfil de População Economicamente Ativa (PEA). Ou seja, pessoas que trabalham ou estão aptas ao trabalho, o que representa 53% da população brasileira. Isso expressa um crescimento contínuo médio de 2,5% ao ano.

O desafio colocado é o modo como se dará tal expansão. Os bancos e os seus consultores de plantão agem no sentido de que a bancarização deve ser feita de forma segmentada e elitizada. Nessa lógica de expansão, os bancos estão delegando o atendimento da população de baixa renda aos correspondentes, mercados, supermercados, lojas e lotéricas, enquanto a elite é bem atendida, com todas as condições das quais precisa, nas agências. Em dezembro de 2007, havia no País 95.849 correspondentes e em dezembro de 2010 o número disparou para 165.228.

“Defendemos o acesso aos serviços financeiros pelos bancários e recusamos a lógica dos bancos que buscam a exclusão e a discriminação via precarização dos serviços e do trabalho”, afirma o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro. “O sistema financeiro precisa incluir pessoas que estão à margem do sistema, para que tenham acesso ao crédito, sobretudo porque os bancos

são concessões públicas e têm o papel social de levar crédito à sociedade e promover o desenvolvimento social”, aponta.

Em relação às regiões brasileiras, os dados do BC revelam que o potencial de inclusão é muito significativo no Nordeste, onde apenas 36% dos moradores possuem conta em banco. Até mesmo na região mais desenvolvida, Sudeste, 48% das pessoas ainda não realizam operações bancárias.

O potencial de inclusão está também evidente em todas as idades e classes sociais. Nem mesmo a classe A, que apresenta maior renda familiar está 100% bancarizada. Atualmente esses níveis estão em 78% para as classes A e B, 51% nas classes C e 30% nas classes D e E.

No setor terciário, no qual o mercado financeiro está inserido, o crescimento projetado é o mais significativo, com enorme foco em prestação de serviços.

Para o presidente da Contraf-CUT, esses indicadores reforçam a necessidade de universalização dos serviços bancários. “Para tanto, é fundamental a suspensão das duas resoluções do BC que ampliam a atuação dos correspondentes, violando a Constituição Federal porque está legislando em substituição ao Congresso Nacional”, salienta.

Na quarta-feira, 15/6, Carlos Cordeiro e o secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, Miguel Pereira, estiveram reunidos, em Brasília, com o deputado Cláudio Puty (PT-SP), presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, e o deputado Rui Castro (PT-BA), relator do projeto de decreto legislativo do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) que susta os efeitos das resoluções do BC sobre os correspondentes.

“Embora o BC argumente que as resoluções visam à inclusão social, os correspondentes não estão sendo criados prioritariamente em regiões menos bancarizadas. Um quarto dos correspondentes (39.720), que existem hoje no Brasil, está localizada no Estado de São Paulo, o mais bancarizado do país, funcionando inclusive ao lado de agências, mostrando que o que está em jogo mais uma forma de reduzir custos, aumentar os lucros dos bancos e ameaçar o futuro da categoria bancária”, conclui o presidente da Contraf-CUT.



ECONOMIA

Dieese quer política econômica de desenvolvimento e distribuição de renda

O ARTIGO DESAFIOS DA ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA PARA UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, ESCRITO PELO DIRETOR TÉCNICO DO DIEESE, CLEMENTE GANZ LÚCIO, E PELO TÉCNICO SÉRGIO MENDONÇA, ANALISA OS PROBLEMAS QUE O PAÍS TEM QUE ENFRENTAR PARA GARANTIR QUE O BRASIL CONTINUE A CRESCER DE FORMA A GARANTIR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA. O TEXTO FOI PUBLICADO NA EDIÇÃO BRASILEIRA DO JORNAL LE MONDE DIPLOMATIQUE DE MAIO DESTA ANO.

Desafios da atual Política Econômica para uma Agenda de Desenvolvimento e Distribuição de Renda

O Brasil vem crescendo a uma taxa de 4,5% em média nos últimos sete anos (2004-2010). Esse novo patamar, após um longo período de baixo crescimento, tem renovado as expectativas otimistas da sociedade brasileira. As taxas de desemprego voltaram aos níveis de 20 anos atrás e a criação de novos empregos – a grande maioria com carteira de trabalho assinada no setor privado e no setor público – tem superado a entrada de novos ingressantes no mercado de trabalho.

Essa dinâmica, em que a demanda de trabalho tem superado a oferta, contribui para a redução do desemprego. Um conjunto de outras políticas públicas – como a política de valorização do salário mínimo, o Bolsa Família e a política de crédito – impulsiona o crescimento da economia, criando um círculo virtuoso de expansão da renda e do emprego.

Essa sensação de bem estar e otimismo não deve encobrir, contudo, os desafios e os obstáculos à frente para que o país trilhe uma rota de desenvolvimento com inclusão e melhoria do padrão de vida de toda a população, capaz de reduzir a enorme desigualdade de renda e riqueza que ainda é vigente no Brasil. E o enfrentamento desses desafios exige a implantação de políticas que vão além da política econômica ou macroeconômica, embora essa seja peça estratégica para o país atingir um patamar superior de desenvolvimento.

O que caracteriza o atual estágio de desenvolvimento e qual o papel da política econômica? Em 2011, o Produto Interno Bruto por habitante (PIB per capita) no Brasil, importante indicador para avaliarmos o estágio de desenvolvimento dos países, deve atingir cerca de 20 mil reais ou 12 mil dólares correntes. Para efeito de comparação, os EUA atingiram um PIB per capita de 47 mil dólares em 2010, cerca de quatro vezes o PIB per capita do Brasil. Ainda que se considere que atingir esse nível de renda dos EUA e dos países desenvolvidos pode demorar um longo período de tempo, não há como ignorá-lo como uma meta importante de bem estar da população mundial.

Para "realizar" esse potencial é necessário crescer e incluir a população que chega todo ano ao mercado de trabalho, gerando empregos e ocupações decentes e produtivas e pagando salários mais altos. A pergunta é mais que oportuna: Com a atual política econômica nós vamos chegar lá? A atual política econômica está apoiada num tripé: o superávit primário das contas públicas, a taxa de câmbio flexível e o sistema de metas de inflação sob comando do Banco Central.

Atualmente, quais são seus principais resultados? Convivemos com as mais altas taxas de juros reais (descontada a inflação) do mundo. Temos a mais alta carga tributária (a relação entre os impostos arrecadados e o tamanho da economia) entre os países com o mesmo nível de renda per capita. E, nos últimos anos,

há uma forte tendência à apreciação da moeda brasileira, dificultando a competitividade dos produtos exportados pelo Brasil e aumentando a facilidade de importar produtos de outros países.

Antes de enfrentarmos o debate sobre a política econômica, cabe registrar que existem diversos obstáculos estruturais ao desenvolvimento. A qualidade da educação, especialmente a educação pública e universal; a carência de infraestrutura econômica; a saúde e o déficit habitacional talvez estejam entre os principais. Atingir outro patamar de desenvolvimento implica enfrentar esses desafios sem o que apenas crescer em termos econômicos não significará bem estar a todos os brasileiros.

Voltando ao tema central de nosso artigo: é necessário mudar a atual política econômica que é a mesma adotada na maioria dos países, sobretudo os emergentes? Ou, dito de outra forma, o atual tripé da política econômica dará sustentação ao crescimento e conduzirá o País a um novo patamar de desenvolvimento, alterando a distribuição de renda e riqueza em direção a mais igualdade?

Na prática, significa dizer que as taxas reais de juros têm de cair para níveis internacionais (muito baixos), a moeda brasileira não pode continuar se apreciando e colocando em risco diversos setores, em particular o industrial. Levando em conta a dimensão do gasto público, deve considerar a superação dos principais problemas como a erradicação da pobreza, a qualidade da educação e da saúde, a eliminação do déficit habitacional e a construção da infraestrutura econômica.

Iniciemos pelos vergonhosos juros praticados no Brasil. Por que são tão altos? A que interesses respondem? Certamente aos interesses do rentismo arraigado da parcela endinheirada da sociedade brasileira que deles se beneficia. É uma enorme simplificação no debate econômico e político "culpar" o Banco Central e seus diretores, que compõem o Copom, pelas decisões que tomam sobre o nível dos juros no Brasil. Ou "culpar" a ganância dos bancos que a cada ano apresentam lucros recordes nos seus balanços, influenciados por essas taxas exorbitantes. Sem dúvida, essas instituições contribuem para esse estado de coisas.

E quem são os prejudicados por essa política de juros altos? Os trabalhadores que dependem do crescimento, dos investimentos e da geração de empregos; os micro e pequenos empresários que dependem de crédito barato para expandir seus negócios; a população mais carente que depende das políticas públicas de educação, saúde, seguridade social, habitação, transferência de renda e do investimento público em infraestrutura.

Os impostos indiretos que incidem na circulação e no faturamento de bens e serviços são integralmente repassados para os preços e são pagos por toda a população. Nesse



Clemente Ganz Lúcio – Sociólogo, Diretor Técnico do DIEESE e membro do CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



Sérgio Eduardo Arbulo Mendonça – economista e técnico do DIEESE

modelo, aqueles que ganham menos pagam mais impostos, já que o valor do imposto cobrado do consumidor, de alta ou de baixa renda, é o mesmo. É o Robin Hood às avessas: quem pode mais paga menos!

Não há como negar que avançamos muito nos últimos anos no Brasil. O novo patamar de crescimento e de geração de empregos, as políticas de valorização do salário mínimo, de transferência de renda, de expansão do crédito, entre outras, foram escolhas importantes da sociedade e do governo federal para atingirmos esse novo estágio de desenvolvimento.

Caminhando para se transformar na quinta economia do mundo, o Brasil tem atraído para si as atenções. Os grandes eventos esportivos (Copa, Olimpíadas), a necessária e urgente recuperação da infraestrutura econômica, a descoberta do pré-sal têm criado condições para que sonhemos com um futuro promissor para o País.

Esse talvez seja o principal desafio do país nos próximos anos. Como subir os salários e manter a competitividade da economia brasileira? Reduzir a carga de juros, transformar a estrutura tributária e manter o câmbio em patamar competitivo são caminhos para que o País cresça, os salários subam e a distribuição de renda se modifique sem que as tensões dessa legítima disputa impeçam o desenvolvimento.

AÇÃO

Caixa usa manobra para burlar pagamento de horas-extras

No dia 16/5, a Caixa Econômica Federal publicou a Circular Interna 026/11, estipulando o que chama de "desafio da redução das horas extras em 32%", ante o orçado inicialmente em R\$ 250 milhões. O Sindicato dos Bancários do Ceará denunciou essa manobra do banco para burlar o pagamento das horas extras e apontou os direitos garantidos pela Convenção Coletiva dos Bancários. Agora, o Sindicato reforça os direitos dos funcionários baseando-se na súmula nº 291 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que garante indenização no caso de supressão de horas extras prestadas por mais de um ano.

De acordo com a Convenção Coletiva dos Bancários 2010/2011, a Caixa deve pagar 50% do valor das horas extras e o restante é compensado em até 60 dias. Caso haja algum saldo dessa compensação, este deve ser pago após esse período. A CI da Caixa orienta os gestores a administrar a jornada de trabalho dos empregados de forma a cumprir a meta de redução estipulada pela empresa, principalmente para que as horas extras trabalhadas se convertam em banco de horas e não em pagamento. O resultado é que alguns gerentes podem suprimir total ou parcialmente as horas extras de vários empregados.

No dia 27/5, 11 dias após a publicação da circular, o TST publicou a súmula nº 291, que altera o Enunciado nº 76 através da Resolução Administrativa nº 174/2011 e estabelece: "a supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar

prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal".

"O compromisso que a Caixa tem com a sociedade não pode ser interrompido e a Caixa já paga hora extra porque falta bancário para atender à população. O Sindicato dos Bancários não vai permitir que o atendimento à sociedade seja prejudicado e muito menos que os direitos dos empregados, conquistados em Convenção Coletiva, sejam retirados", garante o diretor do Sindicato, Marcos Saraiva.

AÇÃO JUDICIAL – Os empregados que perderem total ou parcialmente as horas extras devem procurar o Departamento Jurídico do Sindicato para entrar com uma ação de indenização. Os documentos necessários são: cópias da carteira de trabalho, CPF, RG e de todos os contracheques que constarem o pagamento de hora-extra em toda a vida laboral. O horário de atendimento do Jurídico é de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h.

INDENIZAÇÃO – O cálculo da indenização deve ser baseado na média aritmética das horas extras prestadas nos últimos 12 (doze) meses, multiplicada pelo valor da hora extra da época da supressão.

TRABALHO

Brasil gera 252 mil empregos em maio e acumula 1,17 milhão em 2011

O Brasil registrou a criação de 252.067 mil empregos em maio, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho divulgados na segunda-feira, dia 20/6. Nos cinco primeiros meses desse ano, foram criados 1,171 milhão de vagas de trabalho.

O resultado é inferior ao verificado em abril, quando foram abertas 272.225 vagas de trabalho, e em maio de 2010, quando foram criados 298.041 postos. Também é menor ao ano passado, quando mais de 1,3 milhão de empregos foram gerados.

O resultado é decorrente da contratação de 1,912 milhões de pessoas – o maior resultado para todos os meses do Caged – e da demissão de 1,660 milhão de trabalhadores.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, destacou a importância da geração de empregos durante o lançamento do programa ProJovem Trabalhador, no Estado do Rio de Janeiro.

A expectativa de Lupi é que o país encerre 2011 com a geração de 3 milhões de empregos formais. "Estamos com muitos investimentos no Brasil ainda, principalmente os investimentos internacionais. Estamos com muitos preparativos para as Olimpíadas, a Copa do Mundo, muitos investimentos do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], o Programa Minha Casa, Minha Vida está ampliando sua capacidade de investimento. Sou muito otimista. Devemos ter um segundo semestre melhor do que o primeiro", disse Lupi.

BENEFÍCIO

INSS negocia com centrais antecipação de metade do 13º de aposentados

Aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) podem passar a receber a antecipação de metade do 13º benefício nos meses de junho a partir de 2013. A outra metade do 13º benefício continuaria sendo paga em dezembro.

O assunto foi objeto de negociação na terça-feira, dia 21/6, em reunião com dirigentes de centrais sindicais e entidades representativas de aposentados. O ministro da Previdência, Garibaldi Alves, comprometeu-se em levar para o ministro Guido Mantega (Fazenda) a proposta.

Nos últimos anos, esse pagamento ocorreu em agosto, mediante acordo acertado com as centrais sindicais. O acordo, porém, só tinha vigência até o ano passado.

De acordo com informações do Ministério da Previdência, a proposta é manter a antecipação para agosto neste ano, mudar a data para julho em 2012 e tornar o pagamento definitivo para os meses de junho a partir de 2013.

Também ficou acertado que Garibaldi Alves negociará com Mantega o pagamento, em janeiro, da diferença de 0,06% que não foi aplicada no reajuste dos aposentados em 2011.

Após pressão da Contraf-CUT, Caixa adia cobrança de dívidas do Saúde Caixa

Após reivindicação da Contraf-CUT, federações e sindicatos, a Caixa Econômica Federal adiou para novembro a cobrança de resíduos de valores de coparticipação dos empregados relativos ao período da contingência no Saúde Caixa. O anúncio foi feito pela empresa durante a negociação do GT Saúde do Trabalhador, no dia 21/6, em Brasília.

O banco havia anunciado a cobrança no dia 3/6, antes da conclusão do debate sobre contingenciamento (período entre março de 2005 e março de 2007 em que o Saúde Caixa ficou sem sistema) iniciado na reunião dos dias 28 e 29 de março do GT. O assunto deveria ter voltado à mesa na continuidade das negociações, marcada para os dias 12 e 13/5. Porém essa reunião foi cancelada a pedido da Caixa.

“O adiamento foi importante e mostrou bom senso da Caixa, uma vez que muito bancários estão questionando os valores cobrados”, explica Plínio Pavão, secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT e membro do GT Saúde da Caixa. “A crítica dos bancários não é em relação à cobrança, reconhecemos que ela será necessária. Mas é preciso uma discussão com os representantes dos trabalhadores e um prazo para que cada empregado possa conferir o valor que lhe foi apresentado”, afirma.

De acordo com o acordo o discutido na mesa de negociação, os bancários poderão consultar os valores devidos no Sistema de Benefícios (SISB) e apresentar suas dúvidas e questionamentos junto às RSN Gestão de Pessoas. A opção para parcelamento das dívidas deverá ser feita até o dia 20 de outubro, sendo que o banco aceitou reivindicação dos representantes dos trabalhadores e aumentou o número de parcelas de 18 para 24 meses. O valor mínimo da parcela será de R\$ 50.

As dívidas de valor inferior a R\$ 50 já foram cobradas pelo banco nesse mês de junho. Com isso, dos cerca de 56 mil lançamentos de débito (entre coparticipação e procedimentos não cobertos pelo plano que devem ser ressarcidos), restam cerca de 32 mil a serem pagos.



Foto: Fenae

NORMATIVOS DE SAÚDE – Os trabalhadores também retomaram a negociação dos normativos de saúde RH052 (relativo a afastamentos por acidente de trabalho) e RH025 (que trata de afastamentos por doenças comuns). Os bancários cobram o retorno da redação negociada entre as partes em 2003, alterada unilateralmente pela empresa, rompendo entendimento entre as partes.

As negociações começaram pelo R052, ainda na última reunião. Diversos pontos de consenso entre as partes foram alcançados na mesa de negociação. No entanto, os negociadores do banco afirmaram que precisariam submeter alguns itens reivindicados pelos bancários a aprovação da direção – o que foi impossível por conta da recente troca na diretoria do banco.

Para não atrasar o processo, o banco se comprometeu a divulgar uma nova versão

do normativo contemplando os pontos de consenso, cuja minuta será apresentada aos bancários antes de sua publicação. Entre os pontos, está a obrigatoriedade de emissão de CAT na suspeita de doença do trabalho. Os demais itens serão definidos após as definições internas do banco.

As discussões sobre a RH025 deveriam ser iniciadas nesta reunião, mas um imprevisto atrasou os trabalhos. Os negociadores do banco haviam se comprometido a fazer uma comparação entre a versão atual e a redação negociada em 2003 para servir de base para a discussão. No entanto, por um equívoco, a comparação foi feita com a versão de 2002 – anterior ao acordo. Com isso, o debate foi impossibilitado, levando as partes a antecipar o final da reunião. O debate continuará na próxima reunião, agendada para os dias 26 e 27 de julho.

OUTROS PONTOS

Também foi abordado o tema da realização de relatórios epidemiológicos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), constante da pauta de reivindicações dos trabalhadores. Produzidos com base nos exames anuais obrigatórios dos bancários, esses relatórios permitiriam estabelecer um quadro epidemiológico dentro da empresa, dando subsídios para a formulação de políticas de combate às doenças ocupacionais.

A Caixa, no entanto, não possui os sistemas necessários para a realização de tais estudos. Segundo os negociadores, um aplicativo está sendo desenvolvido para suprir essa lacuna. Da mesma forma, um concurso público deverá ser aberto nos próximos meses para a contratação de médicos, selecionando um profissional específico que coordenará os relatórios e suprimindo carências de alguns SESMTs.

O banco trouxe informação a respeito da criação dos programas de Saúde da Mulher e Saúde do Homem. Os programas foram propostos pelo banco para atender ao acordo conquistado pelos trabalhadores na última Campanha Nacional da categoria que previa a inclusão dos exames de Papa Nicolau e mamografia para as mulheres e exames de detecção de câncer de próstata para os homens no PCMSO. No entanto, questões operacionais inviabilizaram essa solução.

Pela atual proposta do banco, os empregados farão os exames pela rede do Saúde Caixa, mas com o custo total recaindo sobre o banco. De acordo com a empresa, os programas estão em fase de conclusão.

LEGITIMIDADE

TST aceita que sindicato peça horas extras por participação em cursos

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) concluiu que os sindicatos dos trabalhadores possuem legitimidade para propor ação com pedido de pagamento de horas extras decorrentes da participação dos empregados em cursos e palestras relacionados diretamente com a atividade empresarial fora do horário de serviço. A decisão foi tomada em julgamento recente num recurso de embargos de reitoria do ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

No processo, a Brasken S/A contestava a legitimidade do Sindipetro (Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros e das Indústrias Químicas, Petroquímicas e Similares nos Estados de Alagoas e Sergipe) para requerer o pagamento de horas extras em nome dos substituídos, por acreditar que o caso não tratava de direito homogêneo, uma vez que seria necessária a apuração individual da participação de cada empregado nos cursos ou palestras.

O Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) deu provimento parcial ao recurso ordinário da empresa para excluir da condenação do pagamento de horas extras o tempo gasto em cursos que não se destinavam ao aperfeiçoamento operacional e administrativo dos empregados substituídos, ou seja, quando não havia interesse para a empresa. No mais, manteve a sentença de origem que reconheceu a legitimidade da entidade sindical.

No TST, a Sexta Turma rejeitou o recurso de revista da Brasken contra a atuação do sindicato em favor dos empregados, porque entendeu que a decisão do Regional era compatível com a jurisprudência da Casa, no sentido de que a substituição processual abrange os direitos ou interesses individuais homogêneos. Para a Turma, a pretensão, nos autos, remetia a lesão de origem comum diante do comportamento do empregador em não pagar horas extraordinárias nessas situações.

O DEBATE NA SDI-1

Durante o julgamento da matéria na SDI-1, o advogado da empresa insistiu no argumento

da ilegitimidade do sindicato, na medida em que não se tratava de direito individual homogêneo, mas sim de direito individual heterogêneo. Alegou que seria necessário verificar o tempo gasto por cada empregado nos cursos e palestras oferecidos e também quais desses eventos estavam relacionados com a atividade empresarial.

Entretanto, o ministro Carlos Alberto esclareceu que é a origem comum do direito às horas extras e a forma da lesão praticada pelo empregador que estabelecem o trato homogêneo ou heterogêneo desse direito individual. A homogeneidade deve vincular-se ao direito postulado, e não à sua quantificação.

Assim, afirmou o relator, como a empresa havia causado prejuízo de origem comum – a falta de pagamento de horas extras aos empregados que participavam de cursos e palestras fora do horário de trabalho –, o sindicato da categoria possuía legitimidade para pleitear direito da coletividade dos empregados, independentemente de quais tenham sofrido, na prática, o dano. Ainda segundo o ministro Carlos Alberto, nada disso impede a verificação da situação individual de cada substituído para apuração do valor devido na hora da execução.

De acordo com o ministro, a empresa, ao não pagar as horas extras a todos os trabalhadores pela participação em cursos e palestras, de forma genérica, feriu direito daquela coletividade. Logo, não havia dúvida de que se tratava de direito individual homogêneo da categoria representada pelo sindicato. O fato de a empresa determinar e custear curso de especialização, de aperfeiçoamento e de capacitação fora do horário de trabalho caracteriza tempo à disposição do empregador.

Ao final, a SDI-1 entendeu que o sindicato tem legitimidade para propor esse tipo de ação e negou provimento aos embargos da Brasken. O ministro Milton de Moura França não votou com a maioria por considerar que as horas extras pleiteadas eram direitos individuais heterogêneos, tendo em vista as peculiaridades de cada trabalhador. O ministro Renato de Lacerda Paiva manifestou ressalva de entendimento.

EDITAL

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará, CNPJ/MF nº 07.340.953/0001-48, convoca todos os empregados de financeiras da sua base territorial, para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará dia 27, de junho de 2011, em primeira convocação às 18h30min e, em segunda convocação, às 19h00min horas, em sua sede, na Rua 24 de Maio, 1289 – Centro, Fortaleza (CE), para discussão e deliberação da pauta de reivindicações dos financeiros e Minuta de Pré-Acordo de Negociações.

Fortaleza(CE), 23 de junho de 2011.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
PRESIDENTE

FESTA JUNINA

Fotos: Leonia Miranda



Arraiá dos Bancários bate recorde de público e animação

Quem não foi, perdeu. Mas, ano que vem tem mais. É a promessa do Sindicato dos Bancários do Ceará que promoveu um grande Arraiá, com mais de 1.200 pessoas animadas com os festejos juninos. Teve muita gente vestida a caráter.

Embalados pelo som da zabumba, sanfona e o tradicional triângulo, os bancários e seus

familiares viveram momentos inesquecíveis. A noite fresca da véspera do feriado ajudou a festança, com quadrilha improvisada e muito forró pra dançar agarradinho.

O diretor do SEEB/CE, Marcos Saraiva, fez as honras da casa e na abertura do evento, antes da apresentação da quadrilha e das apresentações das bandas, aproveitou a oportu-

nidade para saudar o público, fazendo referência a atuação da diretoria do Sindicato e do apoio da Apcef. O Arraiá dos Bancários foi realizado no Clube da Caixa, no último dia 22/6.

INFRAESTRUTURA – O Arraiá dos Bancários, no Clube da Caixa, em Messejana, contou com toda uma infraestrutura especialmente preparada para

receber o bancário. Espaço físico amplo e arejado. A festa contou ainda com profissionais capacitados para promover a segurança e uma variedade de comidas e bebidas típicas da época junina, todas vendidas a R\$ 1,00. Como sempre acontece nas festas do Sindicato, não houve registro de incidentes.

A direção do SEEB/CE se sente orgulhosa, pois o Ar-

raiá dos Bancários se tornou um grande evento devido a naturalidade, descontração e integração entre os mesmos e seus familiares e amigos. Todo o clima junino contou com um cenário típico, criado especialmente para o evento, com decoração confeccionada com muitos balões, bandeirinhas e fogueira produzida pela artista Juzeide Mendonça.

OUTROS TOQUES

Planos de Saúde

Publicada dia 20/6, no Diário Oficial, a alteração das regras para consulta básica em planos de saúde do Brasil. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras têm que prestar atendimento em até sete dias a beneficiários para consultas básicas como pediatria, clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia. Consultas com fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas deverão ser garantidos em até 10 dias. Para outras especialidades médicas, o prazo é de 14 dias. O cliente poderá ser atendido na localidade que exigir, desde que esta esteja dentro da área de abrangência do plano.

Maternidade

3,5 milhões de vidas ao ano. É o número de mortes que poderiam ser evitadas, se houvesse uma assistência ao parto adequada. A constatação foi apresentada pela ONU dia 20, em Durban, África do Sul, na Conferência Internacional de Parteias. Pelo relatório, anualmente 358 mil mulheres perdem a vida na gravidez ou no parto, 2 milhões de recém-nascidos morrem nas primeiras 24 horas de vida e 2,6 milhões de crianças nascem mortas, por conta do atendimento médico ser inadequado ou insuficiente.

“Vamos virar bichinhos de estimação das máquinas”

disse o cofundador da Apple, Steven Wozniak, depois de afirmar que a humanidade já havia perdido a "guerra" contra as máquinas

Fumo e câncer de próstata

Fumar aumenta em 61% o risco de morte para pacientes com câncer de próstata em relação a não fumantes que têm a doença. Estudo foi feito com 5.366 homens coordenado pela Escola de Saúde Pública de Harvard (Harvard School of Public Health) e publicado no último número da revista científica Journal of the American Medical Association (Jama). Segundo o médico do Instituto do Câncer de SP, Alexandre Crippa, o cigarro altera o PSA, retardando o diagnóstico do cancer de próstata. Além disso, de acordo com o médico, as alterações hormonais provocadas pelo cigarro predispoe agentes carcinogenicos. O cigarro, segundo o médico, é risco para pelo menos nove tipos de câncer.

Remédios

Brasil, Bolívia e Chile são os países da América do Sul que mais consomem medicamentos para uso ilícito, segundo um relatório divulgado quinta-feira, dia 23, pelo UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes). Os remédios mais utilizados pertencem ao grupo dos analgésicos, principalmente aqueles que levam codeína em sua fórmula --servem para o controle da dor. O uso abusivo desses medicamentos somente na América do Sul é calculado entre 0,3% e 0,4% da população adulta. Isso equivale a aproximadamente 850 mil a 940 mil pessoas.

DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> REINTEGRADO AO SERVIÇO	
<input type="checkbox"/> PORTEIRO OU SINDICO	
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO	
<input type="checkbox"/> OUTROS:	
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	
<input type="checkbox"/> AUSENTE	
<input type="checkbox"/> RECURSADO	
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	
<input type="checkbox"/> FALCIDO	
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	

